



UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA

CAMPUS I – CAMPINA GRANDE

CENTRO DE EDUCAÇÃO - CEDUC

CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA

HORTÊNCIA THAIANNE DA SILVA

O PODER FAMILIAR EM ITATUBA:

CONSOLIDAÇÃO POLÍTICA DA FAMÍLIA LACERDA MARTINS (1988 – 2016)

CAMPINA GRANDE

2018

HORTÊNCIA THAIANNE DA SILVA

**O PODER FAMILIAR EM ITATUBA:
CONSOLIDAÇÃO POLÍTICA DA FAMÍLIA LACERDA MARTINS
(1988 – 2016)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Licenciatura em História da Universidade Estadual da Paraíba, em cumprimento às exigências para obtenção do grau de Licenciado em História.

Orientador: Prof. Dr. José Pereira de Sousa Júnior.

CAMPINA GRANDE

2018

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

S586 Silva, Hortencia Thaianne da.
O poder familiar em Itatuba [manuscrito] : consolidação política da família Lacerda Martins (1988-2016) / Hortencia Thaianne da Silva. - 2018.
33 p. : il. colorido.
Digitado.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Educação, 2018.
"Orientação : Prof. Dr. José Pereira de Sousa Júnior, Coordenação do Curso de História - CEDUC."
1. Cultura política. 2. Política oligárquica. 3. Coronelismo.
4. História de Itatuba - Paraíba. I. Título
21. ed. CDD 320

HORTÊNCIA THAIANNE DA SILVA

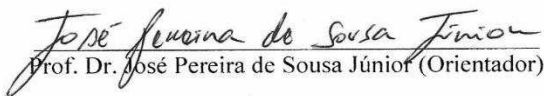
O PODER FAMILIAR EM ITATUBA:

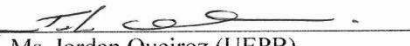
CONSOLIDAÇÃO POLÍTICA DA FAMÍLIA LACERDA MARTINS (1988 – 2016)

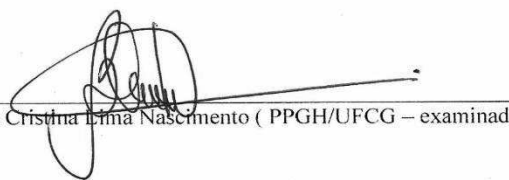
Monografia apresentada ao curso de licenciatura em História da Universidade Estadual da Paraíba, em cumprimento às exigências para obtenção do grau de Licenciada em História.

Aprovada em: 07/12/2018.

BANCA EXAMINADORA


Prof. Dr. José Pereira de Sousa Júnior (Orientador)


Ms. Jordan Queiroz (UEPB)


MsC. Bruna Cristina Lima Nascimento (PPGH/UFCG – examinadora externa)

Aos meus pais pelo esforço
e todo amor a mim dedicado.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, que me concedeu o dom da vida, e que em todos os momentos de minha existência, me segura pela mão e me mostra de várias maneiras seu amor e sua presença.

Aos meus pais, que sempre estiveram comigo, ao meu lado, dando amor, apoio e estímulo em todos os momentos. Sem medir esforços proporcionaram a mim e a meu irmão uma educação de qualidade. Espero um dia devolver todo esse esforço.

A minha mãe Maria do Nascimento, que me ensinou a percorrer meus próprios caminhos com humildade, a ser uma mulher forte e corajosa para enfrentar a vida. Um exemplo de profissional, que a cada dia se reinventa e que sempre está em busca da valorização da profissão PROFESSOR.

Ao meu pai Eufrásio Rosa, que me ensinou os valores da vida, a ser uma pessoa íntegra, com valores. Ensinou-me a valorizar as pequenas coisas e buscar meus objetivos sem passar ou querer ser mais que os outros.

Agradeço ao meu irmão Heverton Danillo, que sempre esteve ao meu lado me apoiando e fazendo companhia nas madrugadas de estudos.

A minha tia Maria Kacilda, pelo incentivo, apoio nas minhas decisões e ajuda de sempre.

Aos meus avós Júlio Francisco (avô paterno) e Rita Maria (avó materna), ambos in memoriam, por todo amor a mim dedicado. Não estiveram presente em minha caminhada acadêmica, mas sempre os mantive em meu coração. Acredito que onde quer que estejam se alegram e torcem por mim.

Agradeço a minha família, tios, tias, primos e primas pelo apoio e por acreditarem em mim. Alegro-me em ser motivo de orgulho e exemplo para vocês.

Nenhuma batalha é percorrida sozinha. No decorrer destes cinco anos muitas pessoas passaram por mim, vizinhos de rua, colegas de ônibus e de universidade, companheiros de

curso, os agradeço imensamente, me ajudaram nos momentos em que estive só, muitas vezes perdida.

Não há palavras para descrever sobre uma pessoa que era colega se tornou amiga e hoje posso chama-la de irmã, Maciéle Marques lhe agradeço e oro a Deus por você todos os dias. Emociono-me ao lembrar dos “favores” que me fez, da correria no dia de entrega dos trabalhos, das risadas na lanchonete e dos momentos que passamos juntas. Você me fez acreditar no valor da amizade, de se doar sem esperar nada em troca. Torço por sua felicidade e sucesso profissional, estarei sempre aqui para o que der e vier. OBRIGADA.

A esta universidade, seu corpo docente, direção e administração. O conhecimento e troca de experiências vivenciadas em sala de aula, as oportunidades que me foram oferecidas nas palestras, minicursos, extensões e aulas de campo. Muitos foram os ensinamentos profissional e humano.

Agradeço ao professor e meu orientador José Júnior, obrigada pela paciência e tão importante colaboração para que este trabalho pudesse ser concluído e apresentado. Desculpo-me por minhas desculpas muitas vezes duvidosas, acredite foi um desafio desenvolver este trabalho.

Enfim, agradeço a todos os que por algum motivo contribuíram para minha formação e realização desta pesquisa.

“se queremos progredir, não devemos repetir a história, mas fazer uma história nova”

Mahatma Gandhi

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
CAPÍTULO I - RELAÇÕES DE PODER: A CULTURA POLÍTICA ENTRE AS FAMÍLIAS DE PODER E O CAMPO SOCIAL	11
CAPÍTULO II – TRAJETÓRIA POLÍTICA DE ITATUBA: EMANCIPAÇÃO E PODER FAMILIAR	15
CAPÍTULO III – OS LACERDA MARTINS NO PODER: ACORDOS E DESAVENÇAS	17
CAPÍTULO IV: A POPULAÇÃO EM TEMPOS DE ELEIÇÃO: POR QUE SE MANTÉM A MESMA CULTURA POLÍTICA?	22
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	24
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	26
ANEXOS	29
LISTA DE SIGLAS OU ABREVIATURAS	30
ANEXO I - MAPA I - LOCALIZAÇÃO DE ITATUBA E CIDADES CIRCUNVIZINHAS.....	31
ANEXO II - FOTOS DAS PERSONALIDADES POLÍTICAS.....	33

O PODER FAMILIAR EM ITATUBA: CONSOLIDAÇÃO POLÍTICA DA FAMÍLIA LACERDA MARTINS (1988-2016)

Hortência Thaianne da Silva

RESUMO

Esse trabalho pretende discutir sobre constituição do poder simbólico e a atuação das famílias nas cidades paraibanas, em destaque a família Lacerda Martins onde atuam na economia e principalmente na política da cidade de Itatuba, Paraíba. Os eventos ocorridos a partir do movimento de 1930 que provocou rupturas no plano administrativo do Estado brasileiro, mas também manifestaram permanências da política oligárquica e o coronelismo, prática própria do meio rural e das pequenas cidades do interior. Na reprodução dessas práticas destacamos a política de parentela na Paraíba bem como em Itatuba, a partir de Linda Lewin e um sistema denominado clientelismo. Para discutir as ações produzidas no recorte temporal de 1988 a 2016 dos políticos itatubenses seus acordos e desavenças, utilizamos práticas historicistas através da reprodução de relatos da população local, citações pertinentes, em destaque o conceito de história cíclica. Assim, a partir da análise da cultura política no seio familiar, percebemos que a construção da cultura histórica de Itatuba ,com isso utilizaremos como fundamentação teórica o conceito de “poder simbólico” como mecanismo para entender a formas e praticas de poder da família em destaque. As fontes utilizadas foram construídas a partir de livros que tratam do tema, relatos orais, documentos oficiais e periódicos online.

Palavras-chave: História local; Cultura política; Política oligárquica; Permanência do poder familiar.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho se constitui em uma análise da trajetória política de Itatuba, município localizado na região agreste paraibana, há 47 km de Campina Grande, no estado da Paraíba, com população estimada, segundo o IBGE em 10.201 habitantes. O município teve sua origem na vila de Cachoeira de Cebolas, pertencente a Ingá. Nasceu às margens dos rios Surrão ou Cayuaré e do Quaty. A região era primitivamente habitada, mas foi no século passado que surgiram os primeiros proprietários de terras João Rodrigues de Lima, Antônio Vasconcelos e o Coronel Coriolano Arruda Câmara, donos de extensas plantações de cebola, milho e algodão.

Assim como em diversas outras cidades do interior do Brasil, a origem da cidade está ligada a grandes proprietários de terra, os coronéis. Conforme Janotti (p. 9, 1981) afirma “os coronéis podem ser vistos como representantes da oligarquia agrícola-mercantil que controla o poder público e orienta suas decisões no sentido de afastar as demais classes do poder e de manter seus privilégios”. Assim, observamos o poder controlador e a oligarquia se constituindo nas origens do município.

Nas divisões administrativas do Brasil de 1936/1939, bem como em 1939/1944 figurou como Distrito de Ingá com nome de Cachoeira de Cebolas. Já no quinquênio de 1944/1948, seu topônimo¹ foi modificado para Itatuba, repetindo-se no quinquênio de 1949/1953 e permanecendo até hoje. Itatuba, palavra do vocábulo tupi que significa “lugar de muitas pedras”, tornou-se cidade em 17 de dezembro de 1961.

A partir das informações acima citadas, vemos que a origem da conjuntura política de Itatuba surge a partir de uma família denominada a partir desse trabalho oligárquica (Lacerda Martins) com líderes políticos e dominantes da economia local, fator esse utilizado como tema para o desenvolvimento deste. Essa escolha fundamenta-se na necessidade de pesquisas relacionadas à história local, que sirva como meio para o conhecimento de sua própria história. Todos os cidadãos de um município, estado ou país, necessitam conhecer sua história, descobrir o passado, como ocorreu à povoação, emancipação e principalmente como formou-se a conjuntura política atual para que possam compreender os fatos e a realidade, bem como se identificarem como participantes dessa história.

¹ Topônimo: substantivo masculino. 1. Nome geográfico próprio de região, cidade, vila, povoação, lugar, rio, logradouro público, etc. 2. Origem de um nome geográfico.

O objetivo desse trabalho consiste em analisar de que maneira a política local (em destaque a cidade de Itatuba, Paraíba) torna-se um espaço privilegiado detentor do poder e através dos processos históricos, entender a dominação de um único grupo, geralmente família rica e patriarcal tem sobre os mais diversos grupos. Os objetivos específicos se concentram no período que vai de 1988 a 2016, devido ser esse a margem de tempo de consolidação e disputa política dos Lacerda Martins. Nossa hipótese consiste em discutir a cultura política Itatubense, que tem sua identidade construída por essa tradicional família, protagonistas políticos que se reversam entre si, em consonância ou em alguns momentos de maneira divergente, a qual veremos mais adiante.

Como fontes utilizamos relatos orais, reescritos de maneira historicista² e documentos oficiais (placas com fotografias do poder executivo), site do TRE e Blogs de notícias regionais. Infelizmente não foi possível realizar entrevistas com pessoas pertencentes à família na qual este trabalho pretende discutir, pois nos momentos em que foram abordados, negaram-se a responder questionamentos sobre o assunto.

Para discutir sobre o poder simbólico e como interfere no cotidiano das pessoas, utilizamos obras de Pierre Bourdieu (1989) e Georges Balandier (1980). Sobre coronelismo, oligarquia e suas práticas, Maria de Lourdes Janotti (1981). No suporte ao contexto histórico estadual usamos como referências bibliográficas, destacamos obras de Eliete Gurjão (1994), Paulo Henrique de Queiroz Guedes (2012) e também Linda Lewin (1993) essa ao descrever a Paraíba na República Velha destaca o conceito de parentela, bem pertinente para o desenvolvimento desse trabalho.

O trabalho está dividido em quatro capítulos. O primeiro com o título “Relações de Poder: a cultura política entre as famílias de poder e o campo social”, refere-se ao objeto da pesquisa: poder das famílias. Buscamos fazer uma análise sobre a família no contexto nacional e estadual, e como a família Lacerda Martins contribui para tal tema. Nesse mesmo capítulo descrevemos os primórdios de suas origens quando um coronel esteve entre os fundadores da então vila de Cachoeira de Cebolas. Para tal, utilizamos como referência o coronelismo e suas práticas, buscando responder se o poder político exercido pelas famílias

² Sobre o conceito de historicismo, José Carlos Reis (p. 241, 2006) a partir de Dilthey considerado como o pensador que “redescobriu a história”, afirma: “compreender o homem enquanto ser histórico, compreender a alteridade e todos os aspectos da vida de um povo; a história em Dilthey é mudança e o que permanece é compreensão, comunicação entre homens diferentes, sendo o homem “experiência vivida” e a verdade, o processo histórico”. Portanto o historicismo fundamenta-se na noção de que as configurações do mundo humano, num dado momento presente, sempre são o resultado de processos históricos de formação, os quais são passíveis de ser mentalmente reconstruídos e, portanto, compreendidos.

seria apenas fruto de um contexto histórico ou se trata de um poder simbólico e econômico, e por fim trabalhamos as rupturas e continuidades das oligarquias após o Movimento de 30.

No segundo capítulo “Trajetória política de Itatuba: Emancipação política e poder familiar”, neste capítulo buscamos traçar uma narrativa com os fatos mais relevantes da história política de Itatuba, do início de sua participação política, emancipação política, chegando em 1988 até 2016, nesse comprovamos o poder que exerce as famílias oligárquicas nas pequenas cidades.

O terceiro capítulo “Os Andrade Martins no poder: acordos e desavenças políticas” segue no mesmo contexto que o capítulo anterior, onde buscamos descrever o fortalecimento da família Lacerda Martins, destacando a acumulação de capital simbólico e econômico da família. Encerramos o capítulo com o embate político entre os membros da família, no qual há muitas desavenças na disputa do poder político local.

No último capítulo “A população em tempos de eleição: Por que se mantém a mesma cultura política?”, buscamos descrever o comportamento da população e como os políticos legitima seu poder criando um poder simbólico, utilizando exemplos de troca de favores, nomeações e como os hábitos políticos ultrapassam gerações na intenção de responder o questionamento levantado no título do capítulo

CAPÍTULO I - RELAÇÕES DE PODER: A CULTURA POLÍTICA ENTRE AS FAMÍLIAS DE PODER E O CAMPO SOCIAL

A família Lacerda Martins como objeto de estudo nos ajuda a compreender as estratégias políticas e as relações sociais, não somente em relação ao município de Itatuba, mas entre as diversas camadas administrativas e sociais. Para entendermos estas estratégias será necessário explorar as relações de poder exercidas pelos membros das famílias, e a construção de seus espaços, denominado “campo social” de acordo com a teoria de Pierre Bourdier (2010). Onde os agentes determinam, validam e legitimam representações, ou seja, um grupo que determina e classifica de acordo com seus interesses, criando suas próprias características, conforme observamos na composição política familiar.

Para compreendermos a política familiar local, é necessário fazer uma análise da história da família no campo nacional e estadual, explorando conceitos apropriados para época discutida e para atualidade.

A história da família no Brasil, a partir dos clássicos, está altamente ligada à política e discutida quase sempre, baseada na Teoria do Estado. Uma das obras clássicas da nossa historiografia sobre família é o livro *Casa Grande e Senzala* de Gilberto Freyre(2004), diz que a família colonial reuniu sobre a mesma base econômica da riqueza agrícola uma variedade de funções sociais e econômicas (Freyre, 2004, p. 81), assim demonstra que na nossa formação social suas raízes possuem base na economia patriarcal, a força produtiva agrícola econômica dava-se a família, elas monopolizavam o mando político. Já na obra *Lutas de Famílias no Brasil* de Luís de Aguiar Costa Pinto (1980). Para ele, a fraqueza de nossa organização política permitiu um crescimento excessivo do poder privado, este concentrado nas grandes famílias, acreditava que o Estado era a evolução da família (Pinto, 1980, p. 11). Nesses dois clássicos, embora proponham discussões em recortes temporais e campos sociais diferentes, podemos concluir que a família se torna uma empreendedora na base da formação político-social, a ideia de Estado era como uma grande união familiar. Como observa Sergio Buarque de Holanda:

O primeiro princípio da economia política é que o soberano de cada nação deve considerar-se como chefe ou cabeça de uma vasta família, e conseqüentemente amparar a todos que nela estão como seus filhos e cooperadores da geral felicidade. (HOLANDA, 1995, p. 85)

Esse modelo coloca a família no lugar de Estado, não sendo de se admirar ao observar o campo político atual, onde vemos famílias concentrando poder num mesmo seio familiar. A região Nordeste possui em sua cultura política, um forte predomínio de políticos derivados da base familiar, caracterizando a supremacia da base política de parentela na região.

Outro fator que merece ser observado é que a ausência de organização política fez com que os indivíduos se identificassem com determinada família, e essa detinha normas que deveriam ser obedecidos por tais. Essas famílias formavam territórios, muitos sítios são ligados às famílias que às constituíram. Itatuba, antes chamada de Cachoeira de Cebolas é um exemplo clássico, formou-se a partir de famílias donas de terras e de vastas plantações, que se

mantiveram com o poder ao longo de sua história. Caracterizando a concentração no mando de terra, como poder familiar.

Nesse contexto configura-se o papel do coronel, em Itatuba o coronel Coriolano Arruda Câmara, é um nome que se destaca nos primórdios de sua história. Era dono da maior parte das terras, pouco se sabe sobre sua figura. Antes de discutir sobre sua participação política e econômica iremos analisar o papel do coronel nesse contexto, utilizando fundamentos estruturados por Eliete de Queiroz Gurjão:

Nos municípios, sedes do poder local, a autoridade do “coronel” se afirmava na liderança efetiva por ele exercida como chefe político [...] se prestígio evolui na razão direta de sua capacidade de fazer favores (dar empregos, ceder terras, dar proteção policial, facilitar assistência médica-hospitalar, etc) e aplicar atos de violência sempre que julgar necessário. (GURJÃO, 1994, p. 55)

Esse esquema de dominação beneficiou grupos familiares que mantinham o controle da política nos municípios. Embora não tenhamos encontrado documentos, fatos e pouca informação a respeito de seu nome acreditamos que o mesmo fez parte da história política e econômica local, utilizando-se de seu status de Coronel, participando no desenvolvimento da cidade, trocando favores impondo seu controle na escolha de figuras para representar a até então Vila na Câmara Municipal de Ingá, é interessante mencionar que o poder dos coroneis eram restritos a política local, assim como observa Maria de Lourdes M. Janot:

Os coronéis podem ser vistos como representantes da oligarquia agrícola-mercantil que controla o poder público e orienta suas decisões no sentido de afastar as demais classes do poder e de manter seus privilégios [...] restringindo seu raio de ação à política local, sem acesso as esfera decisórias. (JANOT, 1981, p.9)

Na Paraíba, o poder familiar guarda resquícios da estrutura política do nosso processo de colonização. Em um Estado onde a receita não supre as necessidades básicas da população e o empreguismo aparece como forma de dominação e sobrevivência, trazendo práticas da velha República. Como observamos em Lewin sobre política de parentela na República Velha:

[...] a era da República Velha na Paraíba testemunhou a perpetuação de um sistema político organizado fundamentalmente em torno de grupos de base familiar e de suas redes políticas de longo alcance [...] a política de parentela vicejou numa comunidade

política descentralizada que sancionou e até mesmo acentuou o papel histórico que a família de elite tivera ao longo dos séculos. (LEWIN, 1993, p. 199)

O ano de 1930, embora configurasse como uma nova estrutura política, não rompeu com as estruturas clássicas das oligarquias, ampliaram as ações coronelísticas perpetuando-se agora através de uma política parental, produzindo novos espaços de poder e relações com as classes sociais. Acreditamos que essa prática parental foi o fator que determinou a falta de memórias locais ao se falar sobre o símbolo do coronel e sua representatividade em Itatuba, os sobrenomes que se sobressaem ao se falar de memórias, e o destaque Lacerda Martins.

Na Paraíba, as ações de política estadual concentrada, passaram a se construir como uma tradição política personalista avançando apenas no sentido de consolidar a representatividade parental. Na “arena” oligárquica paraibana, alguns sobrenomes são destaques em pesquisas sobre o tema como os Pessoa, os Maia, os Gaudêncio e agora os Lacerda Martins. Esses construíram seus campos políticos através do espaço oligárquico constituídos pelos próprios, legitimando se poder através do voto e as vezes perpetuando seu sobrenome ao longo dos anos

A família de elite é a classe dominante. Os que detêm maior poder simbólico logo passam a ser o mais reconhecido. Os fundamentos deste poder não se desligam das formas de produção da sociedade, não é por acaso que famílias como Lacerda Martins e Andrade³ detinham e mantêm tal poder ao mesmo tempo em que eram e são donos de vastas propriedades. Como afirma Bourdier (2010, p. 12), a facção dominante, cujo poder assenta no capital econômico, tem por vista impor a legitimidade de sua dominação simbólica

As oligarquias se adaptaram aos novos regimes e buscaram novos mecanismos para continuar no poder. No momento em que as oligarquias parecem fraquejar, a família continuava como instituição social importante nos pareceres políticos.

Na construção do espaço social formada por um campo de relações de poder, o campo social é um espaço de lutas pela legitimação de identidades. São as relações de poder inseridas neste espaço que formam o local, essas relações criam discursos que caracterizam o local. O dono do capital simbólico e econômico seria o discurso mais forte e caberia aos

³ Sobrenome no qual também se destaca na história política e econômica local, e que vai ser discutido no capítulo seguinte a partir do conceito de parentela.

dominados a aceitação do poder “invisível” que os prende à cultura local através de discursos. No próximo tópico pretendemos discutir através da trajetória política de Itatuba, como esse discurso é inserido.

CAPÍTULO II – TRAJETÓRIA POLÍTICA DE ITATUBA: EMANCIPAÇÃO E PODER FAMILIAR

A história de Itatuba é pouco discutida e quase não há documentos oficiais e/ou matérias que sirvam como objetos de pesquisa, assim nos resta ouvir de populares locais e através de estudos conceituais descrever e discutir a trajetória política de Itatuba.

As terras da Vila de Cachoeira de Cebolas, Distrito da então cidade Ingá eram de vastas plantações de algodão e milho e algumas famílias se destacavam como donas dessas propriedades, seus sobrenomes Andrade, Lacerda e Martins. Nesse momento nomes como Francisco Ernesto de Andrade e Antônio Lacerda Martins, o último além de terras era o dono da única farmácia local e bem popular entre os populares por receitar e vender remédios, ambos se destacavam, tornando-os representantes legais da Vila junto a câmara municipal a qual estas terras pertenciam. Segundo relatos eles eram eleitos por meio de votos e obtinha números expressivos ao comprar-se a outros que se arriscavam na candidatura.

Sua crescente população e economia, favoreceu para sua emancipação política de Itatuba e segundo relatos, foi através de abaixo-assinados coletados por nomes citados acima, fortaleceu nesse processo e em 6 de dezembro de 1961, o então governador eleito Pedro Gondim realizou o decreto, oficializando em 17 de dezembro de 1961.

O primeiro prefeito eleito foi Francisco Ernesto de Andrade e seu vice Antônio Ernesto de Andrade. Neste contexto é importante destacar um outro sobrenome presente nas raízes da história de Itatuba, os Andrade que como passar dos anos juntou-se por meio de casamentos aos sobrenomes destacados nesse trabalho.

Como vimos no capítulo anterior às famílias começaram a construir um nome e a demarcar seu território, consolidando a política de parentela e a formação de identidades locais. Utilizaremos discussões de Linda Lewin, a mesma trabalhou a parentela como a principal característica da política oligárquica. Em *Política e Parentela na Paraíba* descreve as particularidades da história da família no Estado na República Velha. Em sua obra vemos

que a história política se miscigena com o poder familiar, para Lewin “a influência dos vínculos de sangue e casamento sobreviveu com particular rigor na vida política deste estado” (LEWIN, 1993, p.9) o que determinou a dependência dos laços de parentesco.

Porém a política de parentela não se restringe apenas ao grupo familiar. Não é apenas dentro da família que os laços de ajuda mútua ocorrem. A família é a base e não a própria parentela. Os vínculos associativos estão baseados na família, não necessariamente são vínculos familiares. Isso nos ajuda a compreender o conceito de parentela em Lewin não como algo fechado na casa do próprio chefe político, mas como algo que extrapola esta casa. Assim a política de parentela criava oligarquias, mas como vínculos plásticos. Ter um vínculo familiar, seja a partir de casamentos ou alianças, garantia sucesso na vida política, pois esta “era a mais importante filiação organizacional” (Idem, 1993, p 113)

Em Itatuba os laços de parentela começavam a surgir, no momento em que o casamento passou a ser uma estratégia para manter o poder político e econômico. “o casamento entre primos, ou tios e sobrinhas originou a família como grupo quase corporativo” (idem, 1993, p144). Nesse contexto o casamento servia para fortalecer o grupo familiar nas disputas políticas bem como no imaginário social O sobrenome Andrade era o destaque político nos primeiros anos de Itatuba, na economia era os Lacerda Martins que detinham o poder, o que restava para ambos era estabelecer estratégias que favorece uns aos outros.

O casamento entre familiares com esses sobrenomes ajudava a manter e fortalecer o poder político familiar local, bem como troca de favores, apoio e amizade. Foi assim que os laços familiares surgiram em Itatuba e mantem-se por anos. Paulo Henrique Marques de Queiroz Guedes salienta ao definir política que o poder político não está apenas na dominação, trocas e favores também fazem parte da crença do poder político. Como vemos a seguir:

Saliente-se que o poder político não deve ser analisado apenas em termos de dominação, mas também de trocas, reciprocidades, pautadas geralmente na crença partilhada na autoridade. Isso significa que o poder depende de uma legitimidade mínima que permita o funcionamento dos arranjos sociais no campo político. (GUEDES, 2012, p. 26)

Durante nossa pesquisa, buscamos documentos locais junto a Prefeitura e Câmara Municipais para legitimar nossas discussões, no entanto não foi possível obtê-las, restando-nos a apenas observar os quadros com as fotografias, nomes e sobrenomes que fizeram ou

fazem parte do poder executivo de Itatuba anexados nas paredes da Câmara e que de quatro e quatro anos são redefinidos.

Observando tais quadros, vemos que os sobrenomes Andrade, Lacerda Martins são frequentes na redefinição política local, seja como prefeitos ou vereadores. Isso demonstra e reafirma que nosso objeto de estudo, poder oligárquico local, está presente desde os primórdios e se perpetua até hoje em Itatuba.

Nos anos 1966 a 1987 verificamos, no Sistema Histórico de Eleições do TRE e agora também por meio de relatos Itatuba ficou chefiada entre Honório Valeriano de Oliveira (dono da única fábrica da cidade), Sebastião e José Lacerda Cavalcante e Janilton Rodrigues de Ataíde (herdeiro de terras, um dos primeiros da cidade a ter ensino superior) esses nomes se unem ao sobrenome Lacerda Martins por meio de casamentos, apadrinhamento financeiro e troca de favores o qual veremos capítulo a seguir.

CAPÍTULO III – OS LACERDA MARTINS NO PODER: ACORDOS E DESAVENÇAS

Como observamos no nos capítulos anteriores, a estrutura de poder que levou determinadas famílias às chefias locais se configura a partir do capital simbólico e econômico. No caso da família em estudo, assim como na República Velha, a terra era a principal representação do capital simbólico e econômico das famílias. A educação de elite Itatubense era encaminhada para formação de advogados e médicos em faculdades de Recife e João Pessoa. Os membros da família Lacerda Martins os quais serão citados e que estão presentes no recorte temporal de 1988 a 2016 iniciaram suas vidas políticas e públicas também como magistrados, bem como proprietários e comerciantes.

Itatuba era uma cidade predominantemente agrícola, a terras representavam as riquezas das famílias no local. Eram delas que vinham seus domínios eleitorais. Assim a família Lacerda Martins se enquadra na estrutura de dominação proposta por Lewin onde “a base familiar se consolidou mais firmemente nas mãos de poucas famílias” (LEWIN, 1993, p 330).

Os políticos que consolidaram o poder familiar na mão de uma só família a qual estamos discutindo iniciaram suas vidas públicas através de suas atuações como é o caso de Renato Lacerda Martins, conhecido como Dr. Renato, formado como médico era nome popular entre a população e genro de Honório Valeriano de Oliveira. O outro, José Ronaldo Martins de Andrade é um exemplo das práticas da política de parentela, primo de Dr. Renato, genro de Janilton Rodrigues de Andrade e filho de Antônio Ernesto de Andrade, é um exemplo clássico analisada por Linda Lewin na Paraíba que desde o império permanece até hoje sendo a fonte de manutenção do poder dos grupos políticos locais.

As eleições de 1988 marcou o início efetivo do poder familiar oligárquico, havendo apenas troca de indivíduos com o mesmo sobrenome na chefia da cidade e manutenção do poder, porém algumas divergências foram surgindo no passar dos anos. Como mencionado acima Renato Lacerda se tornou popular por ser médico e atuar na cidade, com apoio familiar conseguiu eleger-se como prefeito de Itatuba nesse mesmo ano pelo PMDB, obtendo 69, 06% dos votos.

Nas eleições de 1992, de acordo com relatos já vemos a primeira desavença política. José Ronaldo Martins com apoio do prefeito da época saiu como candidato pelo PMDB tendo como oposição Janilton Rodrigues candidato do PDT, seu sogro. Nessa eleição José Ronaldo Martins conseguiu 47% tornando-se prefeito.

No período de 1992 a 1996, uma nova desavença ocorria no cenário político de Itatuba, José Ronaldo rompia com Renato Lacerda. O último sairia como candidato a prefeitura pelo PSDB e o atual prefeito apoiaria Dijacy Ernesto de Andrade PMDB. Nessas eleições Renato obteve 55, 8% dos elegendo-se pela segunda vez.

Nas eleições de 2000, os primos Renato Lacerda PSDB e José Ronaldo PFL estavam disputando a chefia da cidade, e José Ronaldo foi eleito com 53, 8% dos votos. As desavenças que ocorrem na história política de Itatuba nos leva a perceber que os laços de parentesco são apenas o início e que mais tarde a disputa pelo poder torna-se um conflito familiar, como observa Karina Kuschner na discussão sobre carreira política de uma família popular no interior do Rio de Janeiro:

A família, no entanto, não é uma unidade homogênea. Ao mesmo tempo em que mostram sua força, diversas análises revelam que os laços de parentesco podem ser apenas um ponto de partida que, mais tarde, resultem em carreiras próprias,

dissentes ou não, com maior ou menor grau de conflito familiar. (KUSCHNER, 2000, p 57)

Em 2004 um personagem entrou na disputa, Cláudio Macário candidatou-se pelo PSDC, na época diversas pessoas admiraram por sua coragem de tentar mudar o cenário político que até então estava condicionada nas mãos de uma única família. Três candidatos disputavam a prefeitura Renato Lacerda PSDC, José Ronaldo novamente PMDB estava em busca da reeleição⁴ e Claudio Macário. Nessa eleição Renato Lacerda obteve 51,12% dos votos, José Ronaldo 47,99% já o candidato do PSDC obteve apenas 0,89%. Esses números nos levam a perceber que “as análises sobre políticas em cidades pequenas mostram que a ausência de parentesco ou de aliança com famílias ligadas ao poder praticamente exclui a possibilidade de um novato ser bem sucedido politicamente.” (Idem, 2000, p 57)

Já em 2008, novas eleições estavam ocorrendo, dessa vez apenas dois candidatos estavam na disputa, dessa vez um outro nome surgiria e eleições mais a frente ganharia força e se tornaria o mais admirado pela população, seu nome Aron Rene Martins de Andrade, como o próprio sobrenome já diz, faz parte da família Lacerda Martins. Irmão de José Ronaldo, primo e afilhado de Renato Lacerda, além disso, é empresário, dono do único posto de gasolina da cidade e herdeiro de terras, essas características reafirmam as práticas discutidas nesse trabalho e que são conservadas até hoje.

Os candidatos que disputavam, novamente tinham seus sobrenomes familiares para população, o citado acima Aron Martins PMDB, apoiado por seu irmão, ex-prefeito e Renato Lacerda PSDB. Esse conseguiu reeleger-se com 52,92% dos votos, tornando-se o primeiro prefeito reeleito da cidade, e o político com mais prestígio até então. Nesse contexto aplica-se uma nova forma de dominação notada no Populismo, o clientelismo, que é apenas uma reformulação do coronelismo tão presente na República Velha, olhando pela perspectiva do Populismo na Paraíba entre 1945-1964, Naiara Ferraz Bandeira Alves faz uma análise comparativa e chega as seguintes conclusões:

[...] – o coronelismo- caracterizava-se como algo imposto e ambientado no mundo rural, mas que recebia a simbologia de favores, já na perspectiva populista, o clientelismo vincula-se à burocracia estatal, ou seja, os “clientes” estão em busca de

⁴ Em 4 de junho de 1997 uma Emenda Constitucional nº 16, acrescentou ao art. 14 da Constituição Federal, por meio do qual houve a introdução do instituto da reeleição no sistema eleitoral brasileiro. Permitindo que presidente, governadores e prefeitos sejam candidatos a reeleição para um único mandato subsequente.

empregos, e a necessidade de manutenção desses cargos na administração governamental gera a dependência eleitoral permanente [...]. (ALVES, 2012, p. 76)

Nessa fase da história política de Itatuba, a discussão acima é bem pertinente a popularidade do prefeito se dá, além de seu prestígio como médico, as práticas do clientelismo, troca de emprego por votos, nomeação em cargos públicos, são alguns dos exemplos. Fatores que nos leva a perceber que com o passar dos anos o que ocorre é a transição das amarras coronelísticas, seja na prática populista ou na atualidade.

Nas eleições de 2012, podemos reafirmar o prestígio e dominação que as famílias oligárquicas têm sobre a população. Três candidatos entraram para disputa, novamente Aron Martins PMDB, Tibério Bezerra PPS e Klynton Holmes PSB. Alguns fatores que ocorriam nessas eleições e nos leva a retomar a discussão de Karina Kushner onde a ausência de parentesco ou aliança familiar afasta possibilidades exitosas na política. Para isso é necessário evidenciar os resultados dos três candidatos, o prefeito eleito foi Aron Martins com 57,13%, mantendo a tradição política, Tibério Bezerra 41, 77% Klynton Holmes obteve 1, 12%. Esses últimos resultados demonstram que aliança e apoio familiar define ou contribui numa eleição.

Até então as diferenças do percentual dos votos das eleições percorridas aqui entre os Lacerda Martins eram pequenas, só em 2004 quando candidato se arriscou na disputa obtendo um número inferior a 1%, contra mais de 99% que é soma do percentual dos outros dois. As eleições de 2012 fortaleceu a ideia da necessidade de alianças com família oligárquica, detentora do poder político e econômico. Tibério Bezerra dispunha do apoio de um dos membros da família e também político Renato Lacerda, embora não sendo eleito seu percentual de votos mais uma vez comprovou o poder de dominação presente no subconsciente da população, principalmente ao comparar-se ao terceiro candidato.

Chegando em 2016, nos deparamos com a reafirmação do poder político, novas desavenças e reconciliações. Na discussão de política local e para ilustrar utilizaremos recortes de publicações de blogs de notícias regionais em forma de citações. Embora não confiáveis os utilizaremos de maneira cautelosa partindo do conceito de historicismo.

Nesses últimos anos verificou-se em Itatuba uma aguerrida disputa e revezamento do poder entre Dr. Renato e Zé Ronaldo. Atualmente uma nova divisão familiar proveniente da política já ocorreu. O rompimento e lançamento da pré-candidatura de Zé Ronaldo Filho, Roninho, pelo PMDB, colocarão os irmãos Aron e Zé Ronaldo em lados opostos. Portanto o ciclo de enfrentamentos entre familiares recomeça com novos personagens, desta vez em grau de parentesco até maior. Tudo caminha para

uma disputa de tio e sobrinho. (Blog Ingá Cidadão, publicado em 4 de março de 2016)

Esse trecho retirado do Blog Ingá Cidadão, revela uma nova desavença familiar, dessa vez entre tio e sobrinho, o atual prefeito Aron Martins agora PSB disputava as eleições municipais de 2016 com seu sobrinho José Ronaldo Martins de Andrade Filho PMDB, como o próprio nome já diz é o filho do ex-prefeito José Ronaldo, neto de Janilton Rodrigues e primo de segundo grau do também ex-prefeito Renato Lacerda. Observamos que a disputa pelo poder político é tão presente quanto à manutenção do poder oligárquico familiar, a ganância por esse poder ultrapassa até o bom convívio familiar.

Laços são rompidos, mas também são refeitos, nesse mesmo período eleitoral Itatuba vivenciou uma reconciliação que até então seria impossível na visão dos populares, o episódio que resultou na conciliação também foi destaque no Blog Ingá Cidadão:

O momento que marcou a reaproximação e reconciliação foi registrado durante o velório de Sr. Edvaldo Bezerra ocorrida na câmara municipal de vereadores em janeiro passado. Conduzido pelo amigo em comum, Fernando Manoel, presidente da Câmara, Dr. Renato cumprimentou Antônio Sérgio (irmão de Aron e José Ronaldo) e se dirigiu a Dona Marize, sua prima carnal e madrinha, a quem pediu sua bênção, tendo sido correspondido. Conversaram por alguns minutos, momento em que reconheceram erros do passado e se perdoaram, pondo fim a uma intriga proveniente das disputas políticas que durou cerca de 20 anos. (Blog Ingá Cidadão, publicado em 4 de março de 2016)

A partir desse momento houve surgia uma nova configuração política, porém os personagens não eram tão desconhecidos pela população, desenhava-se mais uma disputa política dessa vez Aron Martins teria o apoio de seu primo e padrinho Renato Lacerda, disputava reeleição com seu sobrinho José Ronaldo Filho.

Além de configurar como a família com maior força política em Itatuba, os Lacerda Martins ainda continuam sendo proprietários da maior parte das terras, donos dos comércios e seus sobrenomes cada vez mais se destaca na sociedade Itatubense. E ao que parece ainda se manterão na liderança por mais alguns anos. Segundo os populares, nas próximas eleições teremos mais uma disputa política familiar dessa vez, mais dois personagens entrarão para a política e reafirmarão as discussões aqui presentes, Marlon Magno de Andrade Germano, sobrinho de Aron Martins e José Ronaldo e Renato Lacerda Martins Filho, filho de Renato Lacerda e também médico.

Viveremos mais uma vez a manutenção do poder local oligárquico, dessa vez com novos protagonistas. Essas reformulações políticas nos leva a uma breve discussão da história cíclica, onde define o tempo cíclico como um eterno retorno. Uma vez que nenhum evento é absoluto, havendo uma sequencia de ciclos repetitivos, no qual observamos na trajetória política local de Itatuba. O seu movimento circular contínuo é caracterizado pelo perpétuo retorno de momentos, tornando a história uma reedição de acontecimentos passados.

Parece-nos que a falta de conhecimento histórico torna o homem arcaico, tolerante a história. Segundo Mircea Eliade, o homem sempre buscou uma maneira de “tolerar a história” o que se daria um sentido na história humana em seu destino coletivo. Para o homem arcaico a sua atitude em relação à história é de tolerância, e que sempre busca por meio de mitos e ritos a abolição periódica da história, o que mostra uma desvalorização com o acontecimento histórico em si mesmo. (ELIADE, 1992, p.123). Partindo de um de seus objetivos, esse trabalho tem a intenção de discorrer sobre a história local, a fim propiciar fonte para pesquisas e debates do tema.

CAPÍTULO IV: A POPULAÇÃO EM TEMPOS DE ELEIÇÃO: POR QUE SE MANTÉM A MESMA CULTURA POLÍTICA?

Para manter-se no poder por longos anos, a família oligárquica insere-se num controle da população através do imaginário, onde o poder é concebido como um jogo que permanece por tempos e em todas as sociedades. Para Georges Balandier o imaginário ilumina o sistema político, em o Poder em Cena diz: “O grande ator político comanda o real através do imaginário” (BALANDIER, 1982, p. 6). Essa afirmação nos faz entender o porque a população mantém-se ligada num mesmo sistema político, onde apenas renova-se os personagens, mas a estrutura continua a mesma.

Como discutimos nos capítulos I e II, a política no Brasil surgiu a partir do poder familiar, desde o período colonial onde a família a partir do poder econômico sustentou o poder econômico social, passando pela República Velha em que o coronelismo e as oligarquias estavam consolidando seu poder, chegando populismo onde ocorre a

reconfiguração dos poderes coronelistas e oligárquicos comparamos esses momentos com as práticas políticas atuais e como essas se desenham hoje.

Verificamos a presença do poder simbólico “no decorrer de sua história toda cidade se enriquece de lugares aos quais pode ser atribuída uma função simbólica, recebida por destinação ou em virtude algum acontecimento”. (BALANDIER, 1982, p.11) Esses acontecimentos ocorrem através de exemplos como o mando de terra, da troca de favores, no clientelismo, nas mídias sociais, etc. A população absorve essas formas de dominação de poder e propaga entre as mesmas, principalmente dentro do próprio seio familiar onde a dependência eleitoral torna-se permanente e passada de pai para filho.

Ao tratar-se de Itatuba, ouvimos alguns relatos que demonstram a aplicação desse poder quando ainda no início de sua história política, os políticos coagiam seus eleitores através da escola, eles convidavam os eleitores analfabetos a frequentarem a escola, lá aprendiam seus nomes, nome da cidade, estado e político para que ao passar pelo processo de petição⁵ estivesse apto a votar e votasse em seu candidato. Outro exemplo desse poder simbólico seria quando a população elegia com adjetivos que fugiria de seu significado, algum indivíduo da sociedade e esse se destacasse reafirmando seu poder, como o título de “Major”.

Ainda nesse capítulo é pertinente a discussão de Karina Kuschnir, em O Cotidiano da política sobre o conceito de comunidade:

A comunidade é composta de indivíduos e famílias que se conhecem intimamente, casam entre si, têm uma história de vida e hábitos comuns. Deve-se compartilhar numa mesma “linguagem”, isto é, não apenas uma língua, mas uma proximidade intelectual, responsável por transmitir, através das gerações, valores, sentimentos e saber. São características relativas homogêneas que se sobrepõem às especificidades individuais de seus membros. (KUSCHNIR, 2000, p. 113)

Com isso, podemos concluir que a comunidade e seus membros criam seus próprios símbolos, valores e ídolos, e esses hábitos são compartilhados por gerações fortalecendo o poderio econômico, social e político local, consolidando a política oligárquica em Itatuba que mantém-se numa tradição, além do já discutido no capítulo anterior não se colocar como ser da história, mantendo-se como ser arcaico, avesso a história.

⁵ O eleitor passaria por um processo que iria afirmar se o mesmo estava apto ou não para votar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percebemos que a cultura política familiar, presente no Brasil e com maior representação na Paraíba, está vinculada a uma longa duração do nosso tempo histórico. Compreender os vícios e as virtudes desta política deve contribuir para uma maior consciência política da população. Fazem-nos refletir sobre atuação de filhos, primos, irmãos e sobrinhos que fazem da família mecanismo para se obter uma fonte de renda, o que transforma política num negócio lucrativo e familiar.

Em todas as heranças do mandonismo característica de nossa cultura política, a política de parentela e o familismo nos parecem ser o mais persistente. As trocas simbólicas das famílias se movimentam entre o nacional, estadual e municipal. A família Lacerda Martins é uma representação dessa cultura política, que com os anos criaram símbolos que legitimam seu poder. A partir dessa simbologia, formou-se diversas ressignificações, a cada eleição novos personagens surgem, reescrevendo o poder simbólico tão presente em Itatuba.

A cultura política familiar corresponde a fenômenos do passado (espaço de experiência) que persiste na realidade política atual. A cultura política na Paraíba está ligada aos grupos de base familiar, destacam-se os Cunha Lima, Rêgo e Ribeiro, esse reduto de parentela chega até o Congresso Nacional.

A pesquisa de história da família tal como a família Lacerda Martins, destacando os anos de 1988 a 2016 enfatizam os mecanismos utilizados pelas famílias para persistirem no poder. Esperamos que a sociedade, a partir de uma consciência política, construa novos símbolos e forme uma nova cultura política.

Itatuba é um exemplo destas identidades. Escolas, praças e ruas levam ao imaginário social a permanência da identidade com os vultos. Fator que prejudica a participação política da população e ajuda a perpetuar o poder das famílias.

THE FAMILY POWER IN ITATUBA: POLITICAL CONSOLIDATION OF THE FAMILY LACERDA MARTINS (1988-2016)

ABSTRACT

This work intends to discuss about the constitution of the symbolic power and the performance of the families in the cities of Paraíba, highlighting the Lacerda Martins family where they work in the economy and mainly in the politics of the city of Itatuba, Paraíba. The events that took place after the 1930 movement, which provoked ruptures in the administrative plan of the Brazilian State, but also manifested a continuation of oligarchic politics and coronelismo, a practice typical of the rural milieu and the small cities of the interior. In the reproduction of these practices we highlight the policy of kinship in Paraíba as well as in Itatuba, from Linda Lewin and a system called clientelism. To discuss the actions produced in the time cut from 1988 to 2016 of the politicians in itatubenses their agreements and disagreements, we use historicist practices through the reproduction of reports of the local population, pertinent citations, highlighting the concept of cyclical history. Thus, from the analysis of the political culture within the family, we realize that the construction of the historical culture of Itatuba, with this we will use as theoretical foundation the concept of "symbolic power" as a mechanism to understand the forms and practices of power of the highlighted family. The sources used were constructed from books that deal with the subject, oral reports, official documents and online journals.

Keywords: Local history; Political culture; Oligarchic politics; Permanence of family power.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Naiara Ferraz Bandeira. O poder e as mutações da política na Paraíba pós-1930. In: NETO, Faustino Teatino Cavalcante; GUEDES, Paulo Henrique M. de Queiroz; NETO, Martinho Guedes dos Santos (org.). **Cultura e poder Político: historiografia, imaginário social e representações da política na Paraíba republicana**. João Pessoa: Editora Universitária – UFPB, 2012. P. 47-84

BALANDIER, Georges. **O poder em cena**. Tradução de Luiz Tupy Caldas de Moura. Brasília: Editora Universitária de Brasília, 1982.

BOURDIER, Pierre. **O poder simbólico**. Tradução de Fernando Tomaz. 13º ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

ELIADE, Mircea. **Mito do eterno retorno**. Tradução: José A. Ceschin. São Paulo: Mercuryo, 1992.

FREYRE, Gilberto. **Casa Grande e Senzala: Formação da família brasileira sobre o regime da família patriarcal**. 49º ed. São Paulo: Global, 2004.

GUEDES, Paulo Henrique M. de Queiroz Guedes. A historiografia e o poder político: A nova história do poder político e a cultura política. . In: NETO, Faustino Teatino Cavalcante; GUEDES, Paulo Henrique M. de Queiroz; NETO, Martinho Guedes dos Santos (org.). **Cultura e poder Político: historiografia, imaginário social e representações da política na Paraíba republicana**. João Pessoa: Editora Universitária – UFPB, 2012. P.25-46.

GURJÃO, Eliete de Queiroz. **Morte e vida das oligarquias**. João Pessoa: Edt. Universitária: UFPB, 1994.

HOLANDA, Sergio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 26º ed. São Paulo: Companhia das letras, 1995.

JANOTTI, Maria de Lourdes Monaco. **O CORONELISMO**: uma política de compromissos. 2º edição. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981.

KUSCHNIR, Karina. **O cotidiano da política**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.

LEWIN, Linda. Política e parentela na Paraíba: um estudo do caso da oligarquia de base familiar. Tradução de André Vilalobos, Rio de Janeiro: Record, 1993.

PINTO, Luis Aguiar Costa. **Lutas de famílias no Brasil**: introdução ao seu estudo. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1980.

REIS, José Carlos. Capítulo 6: **Dilthey e o historicismo, a redescoberta da história**. In: **História e Teoria. Historicismo, Modernidade, Temporalidade e Verdade**. 3ª ed. Rio de Janeiro: ed. FGV, 2006.

Documento eletrônico

Sistema Histórico de Eleições do Tribunal Regional da Paraíba. Disponível em <http://www.tre-pb.jus.br/eleicoes/eleicoes-anteriores/resultados-de-eleicoes>. Acesso em 04 de setembro de 2017.

<http://www.egov.ufsc.br/portal/conteudo/art-73-%C2%A7-10-da-lei-n%C2%BA-905497-o-esp%C3%ADrito-da-lei>. Acesso em 20 de setembro de 2018.

Endereços eletrônicos

<https://itatuba.pb.gov.br/historia>. Acesso em 15 de setembro de 2016.

<http://www.dicionarioinformal.com.br/significado/itatuba/3957>. Acesso em 22 de setembro de 2016.

<https://www.brasil-turismo.com/paraiba/mapa-fisico.htm>. Acesso em 15 de setembro de 2016.

<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pb/itatuba/panorama>. Acesso em 12 de setembro de 2018.

<https://www.google.com.br/maps/place/Itatuba+-+PB>. Acesso em 09 de outubro de 2018.

<https://inga-cidadao.com/destaque/reconciliacao-em-itatuba-familias-separadas-pela-selam-a-paz>. Acesso em 22 de novembro de 2018.

http://itabaianahoje.blogspot.com/2010_01_17_archive.html. Acesso em 22 de novembro de 2018.

<https://blogdovavadaluz.com/>. Acesso em 22 de novembro de 2018.

<http://paraiba.pb.gov.br/desenvolvimento-e-articulacao-municipal/municipios-emancipados/> acesso em 15 de agosto de 2017.

ANEXOS

LISTA DE SIGLAS OU ABREVIATURAS

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Física

PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira

PFL – Partido da Frente Liberal

PSDC – Partido Social Democrata Cristão

PPS – Partido Popular Socialista

PSB – Partido Socialista Brasileiro

TRE – Tribunal Regional Eleitoral

ANEXO I - MAPA I - LOCALIZAÇÃO DE ITATUBA E CIDADES CIRCUNVIZINHAS



Fonte: Google Maps. Disponível em <https://www.google.com.br/maps/place/Itatuba+-+PB>.

ANEXO II – FOTOGRAFIAS DAS PERSONALIDADES POLÍTICAS

Renato Lacerda Martins



José Ronaldo Martins de Andrade



Fonte: Itabaianahoje.blogspot.com

Aron Rene Martins de Andrade



Fonte: Ingacidades.com

Fonte: Blog do vavadaluz.com

José Ronaldo Martins de Andrade Filho



Fonte: Ingacidades.com